ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 144/XII/ 3.ª SL

Aos 01 dias do mês de julho de 2014, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.
2. Aprovação de Pareceres:
- Proposta de Resolução nº 73/XII/3ª - "Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Governo da República da Turquia sobre cooperação no domínio da indústria de Defesa, assinado em Ancara, em 7 de novembro de 2013";

Deputada Relatora: Maria Ester Vargas (PSD)

- Proposta de Resolução nº 74/XII/3ª - "Aprova a Convenção relativa à Assistência Administrativa Mútua em Matéria Fiscal, adotada em Estrasburgo, em 25 de janeiro de 1988, conforme revista pelo Protocolo de Revisão à Convenção relativa à Assistência Mútua em Matéria Fiscal, adotado em Paris, em 27 de maio de 2010".

Deputado Relator: Feliciano Barreiras Duarte (PSD)

3. Apresentação dos Relatórios referentes à participação da Assembleia da República na IV Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa (PESC-PCSD) e na Reunião Informal de Chefes de Delegação dos Parlamentos do Sul, no âmbito da Conferência Interparlamentar da PESC-PCSD, realizadas em Atenas, em 3 e 4 de abril de 2014.Deputada Maria Gabriela Canavilhas (PS).
4. Plano de Atividades da Comissão - Concretizações previstas para a 4ª Sessão Legislativa da XII Legislatura (2014/2015) e Orçamento para 2015 - contributos.
5. Outros assuntos.

---

1. Informações.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 144/XII/ 3.ª SL

O Sr. Vice-Presidente, Deputado Carlos Alberto Gonçalves, deu início à reunião informando que o Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas sugeriu um conjunto de datas em alternativa, para a apresentação do 1º Relatório anual sobre emigração: 15, 22 ou 29 de julho. A data foi debatida, tendo intervindo os Srs. Deputados Paulo Pisco (PS), Ricardo Baptista Leite (PSD) e a Sr.º Deputada Carla Cruz tendo havido consenso na opção pelo dia 22 de julho para a referida apresentação. O Sr. Vice-Presidente informou de seguida que, no próximo dia 8 de julho se encontra agendada audição com o Sr. Professor Mário Ruivo sobre o tema: "O mar português no desenvolvimento sustentável ao serviço da comunidade nacional", tendo alertado para a importância do tema.

2. Aprovação de Pareceres:

- Proposta de Resolução nº 73/XII/3ª - "Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Governo da República da Turquia sobre cooperação no domínio da indústria de Defesa, assinado em Ancara, em 7 de novembro de 2013";

A Sr.ª Deputada Maria Ester Vargas (PSD) apresentou o parecer referindo que o Acordo em causa abrange as bases e os princípios das atividades de cooperação mútua entre as autoridades competentes e/ou empresas da indústria de defesa das Partes no âmbito da indústria de defesa. O objetivo do Acordo é estabelecer uma cooperação no âmbito da indústria de Defesa entre os dois países, melhorando as capacidades das suas indústrias de defesa através de uma cooperação mais eficaz nas áreas de desenvolvimento, produção, aquisição e manutenção de bens e serviços de defesa e apoio técnico e logístico relevante. É estabelecida uma Comissão Mista que reunirá uma vez de dois em dois anos. Concluiu referindo que Acordo contribui para o reforço da cooperação entre a República Portuguesa e a República da Turquia, numa área que tem uma importância crescente e cada vez mais reconhecida, como é o caso da Defesa.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) depois de cumprimentar a Sr.ª Deputada pelo parecer perguntou se os aspetos mencionados no parecer são os únicos constantes do acordo ou se há mais e, nesse caso, em seu entender, deveria haver mais detalhe no domínio da cooperação.

A Sr.ª Deputada Maria Ester Vargas (PSD) disse que os mencionados são os que constam no articulado do acordo, havendo, no entanto, previsão de outras matérias no anexo, mas, dado que o parecer incide sobre a proposta de resolução, não os mencionou.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do BE e do CDS-PP.

- Proposta de Resolução nº 74/XII/3ª - "Aprova a Convenção relativa à Assistência Administrativa Mútua em Matéria Fiscal, adotada em Estrasburgo, em 25 de janeiro de 1988, conforme revista pelo Protocolo de Revisão à Convenção relativa à Assistência Mútua em Matéria Fiscal, adotado em Paris, em 27 de maio de 2010".

O Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD) apresentou o parecer referindo que Portugal pretende tornar-se parte da Convenção dado que, de acordo com o Protocolo, qualquer Estado que se torne parte na Convenção após a entrada em vigor daquele, torna-se parte na Convenção na versão revista por este Protocolo, salvo se manifestar intenção diferente. Considera o Governo português que os benefícios da globalização da economia mundial implicam também um aumento das possibilidades de evasão e de fraude fiscais, exigindo assim uma cooperação mais alargada e intensa entre as autoridades fiscais. Desta forma, apenas um instrumento multilateral que contemple todas as formas de assistência administrativa em matéria fiscal, relativamente a todo o tipo de impostos, permite lançar as bases para uma cooperação eficaz no combate às diferentes formas que podem revestir os fenómenos de evasão e de fraude fiscais. A Convenção visa possibilitar às Partes - países membros daquelas duas organizações e países não membros - várias modalidades de cooperação administrativa. Concluiu referindo que considerava conveniente a aprovação desta Proposta de Resolução apresentada à Assembleia da República.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) disse que o PCP tem algumas objeções relativamente à parte das conclusões, dado que os números 2 e 3 são dois considerandos da exposição de motivos do Governo, que não vinculam a Assembleia,

mas sim o Governo. As conclusões têm de ser factuais e neste caso não o são pelo que sugeriu que fossem retiradas ou, não o sendo, votadas em separado.

O Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD) disse que teve o cuidado de ver o que se passou noutros países pelo que não foi por acaso que inseriu estes dois pontos na conclusão que por isso mesmo mantém.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) felicitou o Sr. Deputado pelo parecer que apresentou e considerou que o ponto central é a cooperação entre os estados membros da OCDE com vista a combater a evasão e a fraude fiscal.

Procedeu-se à votação tendo sido votados separadamente os n.º 2 e 3 que foram aprovados com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PS e os votos contra do PCP e a ausência do BE. O restante parecer foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do BE.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) apresentou declaração de voto manifestando discordância quanto à integração em parecer de considerandos apresentados pelo Governo pois a Assembleia não tem que assumir considerandos do Governo.

O Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD) disse que já apresentou vários pareceres, na presente legislatura bem como em anteriores e não é habitual incluir considerandos constantes das iniciativas apresentadas pelo Governo mas neste caso, em seu entender, justificava-se.

3. Apresentação dos Relatórios referentes à participação da Assembleia da República na IV Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa (PESC-PCSD) e na Reunião Informal de Chefes de Delegação dos Parlamentos do Sul, no âmbito da Conferência Interparlamentar da PESC-PCSD, realizadas em Atenas, em 3 e 4 de abril de 2014.Deputada Maria Gabriela Canavilhas (PS).

A Sr.ª Deputada Maria Gabriela Canavilhas (PS) apresentou os Relatórios destacando o referente à participação da Assembleia da República na IV Conferência

Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa (PESC-PCSD). O primeiro debate incidiu sobre os desafios de segurança nos países vizinhos do Sul e do Leste da União Europeia – uma perspetiva nacional e o tema foi apresentado pelo Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da República helénica, Evangelos Venizelos que sublinhou a importância que atribuía à dimensão parlamentar, no quadro do princípio da subsidiariedade. Pronunciou-se sobre a instabilidade a nível regional e europeu, referindo-se ao Norte de África e sobre as crises no Médio Oriente. Relativamente à Ucrânia considerou que a imposição de sanções económicas à Rússia seria prematura, uma vez que as possibilidades das vertentes diplomática e política ainda não tinham sido esgotadas. Mencionou ainda a intervenção Senhor Presidente da CAE, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), no período de debate que se seguiu, em que mencionou, entre outros, o voto aprovado no Parlamento português sobre os acontecimentos ocorridos na Ucrânia. No segundo tema, Prioridades correntes nos domínios da PESC-PCSD, incluindo a situação na Ucrânia, foi oradora a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, Catherine Ashton. Sobre a Ucrânia referiu que os acontecimentos tinham-se acelerado muito e sublinhou o facto de a Rússia ter violado a lei internacional e atacado a integridade territorial de outro país, razão pela qual a UE não reconhecia o referendo realizado e a anexação da Crimeia. No terceiro tema foram abordadas as conclusões do Conselho de dezembro: desenvolvimentos no quadro dos setores da defesa e da segurança. Os membros da delegação portuguesa integraram os três grupos de trabalho (Grupo de Trabalho 1 – A estratégia europeia para a segurança marítima, a dimensão marítima da política da segurança e da defesa comum; Grupo de Trabalho 2 – Os desenvolvimentos recentes no Médio-Oriente e Grupo de Trabalho 3 – O envio de forças militares no quadro da PCSD: processo de tomada de decisão e práticas parlamentares). Tendo integrado o primeiro grupo de trabalho, mencionou a intervenção que fez em que, entre outros, defendeu os estaleiros navais, situados em países com tradições no domínio do mar e da economia a ele associada, como acontece em Portugal e a situação da Base Aérea das Lages, nos Açores. Concluiu referindo que foi a sua primeira experiência internacional nesta matéria e estranhou a facilidade com que se fala de guerra e de questões bélicas, como se a guerra fosse uma coisa banal.

A Sr.ª Deputada Maria Ester Vargas (PSD) e o Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte felicitaram a Sr.ª Deputada pela apresentação do relatório e pelas reflexões pessoais que partilhou e aproveitaram para cumprimentar a Sr.ª Deputada Celeste Correia que foi designada pelo PS para integrar a Comissão a partir de hoje.

4. Plano de Atividades da Comissão - Concretizações previstas para a 4ª Sessão Legislativa da XII Legislatura (2014/2015) e Orçamento para 2015 - contributos.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) disse que o PS apresentou um conjunto de propostas, que são obviamente sugestões, que resultaram da identificação de aspetos relevantes da política externa e que esperam possam ser enriquecidos com propostas dos restantes grupos parlamentares.

O Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) começou igualmente por cumprimentar a Sr.ª Deputada Celeste Correia e considerou que a sua presença iria contribuir para enriquecer os trabalhos da Comissão. Agradeceu as propostas apresentadas pelo PS e lembrou que algumas destas propostas vão ao encontro de propostas já anteriormente apresentadas e citou a proposta de realização de um colóquio na área da CPLP cruzando com a diplomacia económica. Relembrou ainda a questão do Prémio que consta desde o início da legislatura. Falou ainda nos GPA e disse que a Comissão deveria acompanhar a atividade das delegações e dos GPA dado que existe uma multiplicidade de atividades que se cruzam sem que haja troca de informação. Concluiu sugerindo que se ponderasse a organização de um colóquio em que os GPA apresentariam a respetiva atividade.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) disse que tinha todo o interesse que esta Comissão acompanhasse o trabalho das delegações e sugeriu que anualmente se escolhesse um tema e uma delegação que dê conhecimento da sua atividade à Comissão. Sugeriu a possibilidade de organização de uma reunião com a delegação à OSCE para que deem conhecimento da atividade desta organização e também do contributo dos representantes portugueses.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) disse que estas intervenções eram muito relevantes quanto à necessidade de haver um debate quanto às delegações internacionais. Referiu ainda que mantém na proposta apresentada as audições aos Embaixadores nomeados para novos postos cuja prática considera fundamental, até para os próprios Embaixadores e que deve ser mantida.

O Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) sugeriu que para apresentação e ponderação de propostas de atividades fosse organizada para a semana reunião da Mesa e Coordenadores, o que mereceu concordância dos presentes.

O Sr. Vice-Presidente disse que o plano de atividades da 3ª sessão legislativa era muito ambicioso pelo que seria conveniente aprovar-se um plano para a 4º sessão mais pragmático e passível de ser cumprido. Concluiu referindo que na relação com os GPA já se fez algo, até porque agora a Comissão acompanha a sua constituição e atividade, mas quanto às delegações importa criar mecanismos que garantam maior proximidade com a Comissão.

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 17:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 julho 2014.

O VICE-PRESIDENTE

(Carlos Alberto Gonçalves)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 144/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Jorge Rodrigues Pereira
Laurentino Dias
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Mário Magalhães
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Celeste Correia
Ferro Rodrigues
Teresa Anjinho

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Helena Pinto